



ACÓRDÃO Nº881/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11740/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Ipixuna.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Fábio Martins Saraiva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6.897.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2154/2023-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Ipixuna. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Luiz Henrique Pereira Mendes, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Ipixuna**, de responsabilidade do **Sr. Fábio Martins Saraiva**, na condição de Vereador-Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de **2021**, em razão dos achados 01 (não disponibilização das contas do Chefe do Poder Executivo durante o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade), 03 (ausência de Notas Explicativas), 06 (ausência de levantamento geral dos Bens de Consumo e Permanentes, extraído do inventário analítico), 07 (ausência de sistema de controle de almoxarifado eficaz), 08 (não disponibilização à sociedade, via internet, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Poder Executivo), 09 (ausência do Serviço de Informação ao Cidadão), 10 (ausência de comprovação de análise dos processos administrativos pelo setor responsável pelo Controle Interno e/ou Assessoria Jurídica), 11 (ausência de esclarecimentos quanto ao controle de Ponto dos servidores de cargos efetivos e comissionados), 13 (ausência de Relatório de acompanhamento e



ACÓRDÃO Nº881/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

fiscalização da execução contratual e do Parecer Jurídico), 14 (ausência de Relatório de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, do Parecer Jurídico e da manifestação do Controle Interno), 15 (ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira da contratada, do ato de designação de servidor para atuar como fiscal e de comprovante de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias) e 17 (descumprimento dos prazos de envio ao TCE e de publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF) apontados pela Comissão de Inspeção e não sanados, com fundamento no art. 22, III, “B”, da Lei nº 2423/96;

11.2. Aplicar Multa ao Sr. Fábio Martins Saraiva, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, por grave infração a normas legais (art. 49, da Lei de Responsabilidade Fiscal, arts. 85, 89, 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64, art. 244, inciso III, da Resolução TCE nº 04/2002, art. 48, inciso II e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º da Lei nº 12.527/2011, art. 37 da CF/88, art. 31, I, II, III, c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo, art. 38, parágrafo único, art. 67 e art. 71 da Lei nº 8.666/93) no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos); e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “A”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

11.3. Aplicar Multa ao Sr. Fábio Martins Saraiva, com fulcro no art. 54, II, “B” da Lei nº 2423/96, por não apresentação das notas explicativas e ausência de comprovação de análise dos processos administrativos pelo setor responsável pelo Controle Interno e/ou Assessoria Jurídica,



ACÓRDÃO Nº881/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 11.4. Aplicar Multa ao Sr. Fábio Martins Saraiva**, com fulcro no art. 54, I, “C” da Lei nº 2423/96, por descumprimento dos prazos de envio ao TCE e de publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos); e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do



ACÓRDÃO Nº881/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável;

- 11.5. Dar ciência ao Sr. Fabio Martins Saraiva**, bem como ao seu Patrono, sobre o teor desta decisão, com cópia do Relatório-Voto e deste Acórdão;
- 11.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Luiz Henrique Pereira Mendes.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral